

Almeida Magalhães acusa governo de abandonar idéia do pacto social

por Walter Diogo
do Rio

O economista João Paulo de Almeida Magalhães, consultor da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e do PMDB, diz que o governo esqueceu do projeto do pacto social e está tentando implementar políticas econômicas com orientações conflitantes, o que pode comprometer todas as metas de combate à inflação e de correção das distorções administrativas do País.

Segundo Magalhães, o presidente José Sarney deveria assumir o comando efetivo da política econômica e orientar todas as propostas defendidas por João Sayad, ministro do Planejamento, e Francisco Dornelles, ministro da Fazenda, dentro do pacto social que o presidente Tancredo Neves pretendia propor ao País. Em sua opinião, a política econômica está-se desenvolvendo sem assumir compromissos políticos com a sociedade e as diferentes propostas geram crise, devido à falta de discussão política para possibilitar a sua execução.

Para Magalhães, a proposta de execução de um programa de emergência, com investimento de Cr\$ 15 trilhões, neste momento, quando o Banco Central propõe uma redução de Cr\$ 10 trilhões nos gastos públicos, demonstra que há falta de coerência e a tendência é a ampliação das divergências e de se chegar a falta de comando. Ele acrescenta que, na fase inicial do governo, já estava bem definida a existência de duas políticas econômicas. A primeira, defendida por Dornelles/Lemgruber (Antônio Carlos Lemgruber, presidente do Banco Central), que pretendia a redução da inflação como primeira prioridade, o corte brusco dos gastos públicos e a continuidade da recessão, por um prazo curto, para só reativar a economia dentro de mais um ano, quando houvesse a certeza de tendência de queda da inflação. A reati-

vação, inclusive, deveria ocorrer sem ampliação dos investimentos públicos.

A segunda política, defendida por João Sayad, Dilson Funaro (presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), achava que o País não suportaria outro período de recessão e propunha a retomada do desenvolvimento, para reduzir a ociosidade nas indústrias, a manutenção da inflação em um patamar de 200% durante alguns anos, o controle de preços e das taxas de juros e a execução de um programa social de emergência, para diminuir a crise social. Com essa situação econômica, o governo promoveria as reformas políticas necessárias, como a Constituinte e a revisão da legislação.

Segundo Magalhães, as duas propostas são conflitantes, mas poderiam ser negociadas dentro de um pacto social e induzidas para uma terceira vertente, na qual haveria espaço para o combate à inflação, como primeira prioridade, e a execução de um programa social de emergência, sem usar recursos inflacionários — não previstos no orçamento — e o congelamento de salários, preços e juros por um período acordado entre todos os segmentos da sociedade. Seria uma experiência semelhante à da Espanha, cujos resultados não poderiam ser medidos apenas em termos de aumento de renda dos trabalhadores ou de lucro das empresas.

"O objetivo principal desse pacto seria criar as condições básicas necessárias para a redemocratização do País, a implantação de uma nova realidade sindical e a eliminação da inflação e dos problemas administrativos do País. Obviamente, esse congelamento da realidade econômica do País, por alguns anos, poderia prejudicar os trabalhadores, em termos imediatos, mas facilitaria o projeto político do governo Tancredo Neves e dos próprios trabalhadores".